



SUBSÍDIOS PARA O PORTUGAL MILITAR DO ARMISTÍCIO AO TRATADO DE PAZ DE VERSALHES

Tenente-Coronel JOÃO VIEIRA BORGES

1. Introdução

Transmitir uma visão do Portugal Militar no pós Grande Guerra (GG), entre o Armistício, a 11 de Novembro de 1918, e a assinatura do Tratado de Paz de Versalhes, a 28 de Junho de 1919, constitui o objectivo a que nos propomos, desiderato ainda mais aliciante, pelo facto da maioria dos historiadores desenvolver essencialmente o antes e o durante a GG, quer em termos cronológicos, quer em termos políticos, económicos e sociais.

Este período de cerca de sete meses, engloba acontecimentos políticos, económicos e sociais de tal modo importantes e consequentes, como o assassinato de Sidónio Pais, a “Monarquia do Norte”, a restauração da Velha República, acontecimentos que no seu conjunto dificultam a separação do campo “militar”, demasiado transversal na sua intervenção na sociedade da época.

Dá a abordagem dos subsídios, na certeza de que mesmo com o apoio de uma bibliografia vasta e rigorosa que inclui, entre outros não menos ilustres, José Medeiros Ferreira, António José Telo, Nuno Severiano Teixeira, Maria Carrilho, Soares Martinez, Ferreira Martins e Luís Fraga, levantaremos o véu de alguns novos espaços para pesquisa, sobretudo ao nível da história militar.

A metodologia de análise inclui, uma primeira parte, com um resumido enquadramento geral da “Construção da Nova Ordem Internacional”, moldada durante os cerca de sete meses em estudo, uma segunda parte, muito genérica sobre “Portugal na Conferência da Paz” e uma terceira parte nuclear, dedicada ao “Portugal Militar”, com subsídios relativos a diferentes áreas, que vão desde a “dignidade na repatriação e o prestígio nos desfiles da vitória” aos “ensinamentos da guerra”.

Começamos então pela caracterização da Ordem Internacional desse período, pelos interesses em jogo colocados pelas principais potências, e pelos ganhos e perdas de todos os actores, mais ou menos intervenientes na Guerra, onde Portugal teve o seu espaço entre os vencedores.

2. A Construção de uma Nova Ordem Internacional

Como refere o historiador Marc Ferro, «acontece aos tratados o que acon-

RATILIM AM...
403 701-28
tece às guerras: cada um tem a sua história, as suas crises, um destino; longe de ser um feito, a ilusão de um momento, os tratados são um novo ponto de partida para a guerra.»¹

O Armistício foi assinado entre Soldados, depois de mais de oito milhões de mortos, tendo por base «que uma Nação desarmada era uma Nação vencida» e não a nova era, em que os meios industriais e financeiros passavam a ter um peso maior no cálculo do potencial estratégico dos Estados.

Mas entre o Armistício e a assinatura do Tratado de Versalhes, que teve lugar na sala dos Espelhos, a 28 de Junho (precisamente 5 anos depois do assassinato do arquiduque Francisco Fernando em Sarajevo!), muitas discussões internas e internacionais tiveram lugar, muitos interesses foram colocados e retirados à mesa das negociações, muitas negociações bilaterais ou multilaterais tiveram lugar nos corredores do poder, muitas vinganças históricas foram confrontadas, muitas estratégias foram aplicadas, todas elas tendo como fito uma “nova Paz” mais duradoura.

A construção do Tratado, foi feita durante a denominada Conferência da Paz, que decorreu entre 18 de Janeiro e 28 de Junho, na região de Paris, e que incluiu 58 comissões diferentes (de 27 países, incluindo Portugal) e reuniu em conjunto 1646 vezes.

Neste período, e especialmente com a assinatura do Tratado de Versalhes² e de outros que se lhe seguiram, assistiu-se então à construção de uma Nova Ordem Internacional (para alguns autores já então uma desordem mundial), com novas regras e novos actores, num novo mapa político assente na ideia da necessidade de uma defesa colectiva.

A “nova Paz”, foi então construída pelos vencedores, na ideia de uma defesa colectiva, em vez do tradicional equilíbrio de poderes europeu. E entre os vencedores, o destaque foi para um novo actor internacional, os EUA, que apesar de só terem entrado na GG em 2 de Abril de 1917 (numa altura em que a França já tinha perdido mais de 1,5 milhões dos seus mais valiosos cidadãos!), conseguiram impor-se na Conferência, à custa do Presidente Wilson³, mantendo o seu território intacto e tornando-se credores de todos os restantes beligerantes.

Mais tarde, em 1920, os EUA voltariam as costas à Ordem que haviam construído com “democracia, segurança colectiva e autodeterminação”, deixando a SDN e levando à retirada política do próprio Presidente Wilson⁴. Este

¹ In *A Grande Guerra 1914-1918*, p. 227.

² A comissão da Conferência da Paz elaborou ainda o Pacto da SDN (aprovado em sessão plenária da Conferência, a 28 de Junho de 1919, e integrado no Tratado).

³ A Conferência, teve nos 14 pontos enunciados em 8 de Janeiro de 1918 (perante uma sessão conjunta do Congresso) pelo Presidente dos EUA, Woodrow Wilson, um verdadeiro pano de fundo, que serviu de referência a todas as discussões e aos alicerces da Nova Ordem Internacional (NOI).

⁴ Wilson seria compensado com o Prémio Nobel da Paz desse ano, pelo seu esforço em prol de uma melhor Segurança, de uma NOI mais justa, de um Mundo mais livre, de uma nova política externa baseada nas convicções morais e na opinião pública, no fundo, pelos ideais e valores do futuro, para os quais o seu próprio país não estava preparado.

facto, associado a outros como os vencedores terem subestimado a cólera da Alemanha, o descontentamento da Itália, “ignorado” a incógnita bolchevique, as perturbações na Europa Balcânica e na Irlanda, assim como os conflitos permanentes da Ásia e do Médio-Oriente, tiveram consequências directas numa II Guerra Mundial que seria ainda mais destrutiva.

País	Mortos
Alemanha	1.750.000
Áustria-Hungria	1.250.000
Bulgária	100.000
EUA	112.000
França	1.500.000
Grã-Bretanha	900.000
Itália	600.000
Roménia	300.000
Rússia	1.750.000
Sérvia	50.000
Portugal	7.760 ⁵
Turquia	30.000

Quadro 1 – O Preço da Derrota (in Joseph Nye, “Compreender os Conflitos Internacionais”)

Portugal, independentemente do seu vasto Império Colonial e da sua participação com sangue na GG, colaborou, tal como a maioria das potências presentes na Conferência, como actor menor das Relações Internacionais, tendo conseguido, apesar de tudo, a “vitória possível” e uma participação activa na SDN, graças ao trabalho de excelência realizado pelos seus diplomatas Egas Moniz e Afonso Costa.

Mas o novo actor de Versalhes era sem dúvida a Sociedade das Nações, antecessora da actual ONU, construída na base da necessária “defesa colectiva” e duma verdadeira herança humanista e progressiva no campo das Relações Internacionais.

3. Portugal na Conferência da Paz

Em Lisboa, às 10h00 da manhã do dia 11 de Novembro de 1918, soube-

⁵ Total de tropas mobilizadas e de baixas portuguesas na GG, in Luís Alves de Fraga, *Portugal e a Grande Guerra: Balanço Estatístico*, Diário de Notícias, p. 547: Total de Tropas portuguesas mobilizadas de 1914 a 1918-105.542; Pessoal do CEP- 55.165 (dos 2564 oficiais subalternos, 1110 eram milicianos); Pessoal do CAPI-1.328; Mobilizados para Angola-9.209; Mobilizados para Moçambique-17.259. Total de Baixas-38.012 cerca de 36% dos mobilizados; Mortos-7.760; Feridos 16.607; Prisioneiros e desaparecidos-13.645.

-se que, ao fim da tarde, o Armistício seria assinado perto de Paris. “A alegria era imensa, encheram-se as ruas da capital, esgotaram-se os jornais, embandeiraram-se as casas”.

No dia seguinte, formou-se um numeroso cortejo, que foi saudar as delegações dos países aliados e se deslocou depois ao Palácio de Belém, onde vitoriou a pessoa do chefe de Estado. Sidónio Pais⁶ fez então um discurso de homenagem ao soldado português, lendo o telegrama do rei de Inglaterra a agradecer a Portugal a nossa participação na vitória. Anunciava-se já então uma conferência de Paz, em Versalhes, com a presença de altas figuras da política mundial.

Mas Portugal não ficaria imune a uma série de acontecimentos menos positivos e que determinariam inclusivamente alguma fragilidade aos diplomatas nas Conferências da Paz, como o assassinio de Sidónio Pais, a Monarquia do Norte de Paiva Couceiro, a guerra civil, a instauração da Velha República Parlamentar, e a instabilidade económica e social.

Enquanto em Portugal se discutiam as razões da entrada na Guerra⁷ e se identificavam os culpados, nas discussões sobre a Conferência da Paz, “lá onde se remodelou o mapa europeu e colonial”, o pressuposto fundamental era o sacrifício da vida humana e os custos do empenhamento na GG⁸

Mas afinal o que é que Portugal ganhou em Versalhes, por ter participado na GG?

Um pressuposto fundamental passa pelo entendimento de que o Tratado de Versalhes, tal como todos os Tratados pós-Guerra, raramente são compensatórios do esforço de guerra desenvolvido por todas as partes, inclusivamente a dos vencedores. No jogo final dos interesses, e mesmo entre aliados, a diplomacia ultrapassa a fronteira dos compromissos com o peso do potencial estratégico, pelo que, nem sempre os ganhos devem ser associados a conquistas territoriais, nem a valores absolutos, mas “também” a valores nem sempre mensuráveis, numa perspectiva acima de tudo relativa, em que as “vitórias possíveis” devem acima de tudo ser respeitadas.

Chegados à Conferência, interessa sobretudo identificar os objectivos nacionais propostos, que segundo Medeiros Ferreira se encontravam anunciados de forma dispersa numa fase inicial por Egas Moniz⁹ e depois foram suces-

⁶ O “Presidente-Rei” segundo Fernando Pessoa.

⁷ Que para a maioria dos historiadores passavam mais ou menos pela integridade do território, pelo perigo espanhol e pela legitimação da República (imperdoável não ler *O Poder e a Guerra* de Nuno Severiano Teixeira).

⁸ O número apresentado pelos membros da delegação portuguesa à conferência da paz, Freire de Andrade e Santos Viegas, foram estimados então em 35.623 baixas dos quais perto de 12.000 mortos. Estes dados, pretensamente avaliados em excesso para realçar as perdas portuguesas e daí retirar dividendos da Alemanha, não estavam assim tão desfasados da realidade. Mais tarde e segundo o general Ferreira Martins, estimado em cerca de 7.989 mortos e 14.776 feridos ou incapazes para o serviço, para além de cerca de 280.453.839\$69 de despesas de guerra.

⁹ Nomeado chefe da Delegação Portuguesa a 20 de Novembro, tendo partido para Londres, a 5 de Dezembro.

sivamente reajustados por Afonso Costa¹⁰. E estes objectivos, para além de percepções diferentes por parte dos aliados, foram também interpretados de modo diferente pelos próprios portugueses¹¹.

E entre os objectivos (em que é obrigatório distinguir os da paz e os da guerra) mais ou menos conseguidos¹², num período particularmente difícil para Portugal, destacam-se: a manutenção¹³ do domínio colonial e assim da integridade territorial com a restituição de Quionga; a manutenção da tonelagem naval alemã apreendida¹⁴ e o início da construção de uma frota de Marinha Mercante, apesar de não ter cabido a Portugal qualquer redistribuição¹⁵; uma percentagem aceitável nas reparações, que «...pelo labor de Afonso Costa, foram alargadas ao período de 1914-16»; o equipamento militar das forças armadas; e a representatividade de Portugal na Sociedade das Nações¹⁶ dos vencedores, com alguma autonomia da Espanha.

Pensamos que a “vitória possível” obtida em Versalhes¹⁷ se deveu, sobretudo a um conjunto de militares e diplomatas da delegação portuguesa (porque de Portugal as orientações eram diminutas), liderados por dois brilhantes homens, Egas Moniz e especialmente Afonso Costa¹⁸.

Na prática, os resultados “discutíveis” da reconquista de maior prestígio internacional, da consolidação do Império, colocando Portugal como «the greatest of the small nations», e de um maior protagonismo no quadro peninsular¹⁹, são a prova de que a questão diplomática terá tido aqui mais uma de-

¹⁰ Chefe da Delegação Portuguesa a partir de 17 de Março de 1919.

¹¹ Obrigatória a consulta de “Portugal na Conferência da Paz” de José Medeiros Ferreira.

¹² A assinatura do Tratado da Paz, em Versalhes, foi feita pelos delegados de Portugal à Conferência, os senhores doutores Afonso Costa e Augusto Soares.

¹³ Objectivo conseguido, não só pela participação na Guerra, mas também pela capacidade diplomática portuguesa, caso contrário poderíamos ter perdido Cabinda, Moçâmedes, Lourenço Marques e os Açores, em vez de termos ganho Quionga.

¹⁴ Pela requisição de 24 de Fevereiro de 1916, que deu origem à declaração de guerra da Alemanha a 9 de Março.

¹⁵ Nem à maioria dos países, pois a frota alemã seria afundada pelos próprios alemães.

¹⁶ Apesar da entrada da “Espanha Neutra” como membro não permanente do conselho executivo, as posições dos diplomatas portugueses foram ouvidas e consideradas e a situação de Portugal na Matriz das Relações Internacionais (e sobretudo Ibéricas) do novo sistema multilateral de segurança colectiva, foi reforçada com o aumento da liberdade de acção (em especial relativamente ao eixo Londres-Madrid).

¹⁷ Brito Camacho diria em intervenção parlamentar de 26 de Março de 1920 que “O tratado (...) não liquida os erros do passado e não garante, eficazmente, paz no futuro (...) em muitas das suas estipulações encontram-se os gérmenes de novas guerras”.

¹⁸ Um dos seus protestos mais conhecidos, datado da sessão plenária de 6 de Maio de 1919, assim fez história: “O Tratado da Paz não leva em conta a situação de Portugal. O seu sacrifício não foi reconhecido (...). Peço que o meu país que enviou para França os seus soldados, seja pelo menos tratado como aqueles países que não enviaram para França mais do que os seus caixeiros-viajantes”. Palavras que Almada Negreiros traduz magistralmente da seguinte maneira: «talvez assim se saiba lá fora que Portugal faz parte da Península Ibérica, mas não faz parte da Espanha».

¹⁹ Sobre o eventual fortalecimento do regime, abordado por muito historiadores, estamos mais de acordo com a visão de António José Telo, quando refere em *Portugal no Sistema Internacional* (p. 88), que a guerra não contribuiu para reforçar o regime, nem sequer para unir o país à volta de uma mensagem patriótica. A resposta seria dada em 1926...

monstração do valor da “pena” portuguesa, a par da “espada” usada por cerca de 105.542 portugueses em África e na Europa.

Abordemos então a instituição militar...

4. O Portugal Militar

Relativamente a este período, os estudos sobre o comportamento político dos militares dominam normalmente o Portugal Militar. Assim, abordar outras temáticas como “da dignidade na repatriação ao prestígio nos desfiles da vitória”, “a inovação tecnológica e o papel dos militares na Conferência da Paz”, “o exército de milícias e o excesso de oficiais”, “a GNR como instrumento do regime republicano”, os “ensinamentos da guerra”, e “os militares e o poder político”, é pretensamente sistematizar de modo diferente e contribuir com alguns elementos e questões para uma melhor compreensão desse mesmo Portugal Militar, que noutros espaços, noutros tempos e com outras personagens, poderão e deverão ser mais trabalhados, a bem da História Militar de Portugal.

a. Da Dignidade na Repatriação ao Prestígio nos desfiles da Vitória

Quando na manhã do dia 11 de Novembro de 1918, o telegrama do Comando Britânico “Hostilities cease at 11-00 hours today 11th” anunciava ao Corpo Expedicionário Português (CEP) o Armistício que o Marechal Foch, por parte dos Aliados acabava de assinar em Compiègne, parte das tropas portuguesas encontravam-se nas margens do Escalda, ao lado da Grã-Bretanha. Segundo a Ordem de Serviço do CEP (nº 162 de 18 de Junho de 1919), essas forças mais avançadas eram constituídas pelo BI 23 e 2 Companhias do BI 35 (as restantes companhias do 35 e o BI 15 estavam mais à retaguarda), os 3º e 4º Grupos de Baterias de Artilharia (GBA), a 4ª Bateria do 6º GBA, 11 baterias de artilharia pesada, uma secção automóvel de telegrafistas e uma companhia de projectores. O Batalhão de Sapadores de Caminhos de Ferro tinha uma companhia mais avançada (a 3ª), na Bélgica, em Proven.

Nessa altura, e apesar de Portugal ter cooperado, “até ao fim na vitória das nações aliadas”, o moral da tropa (não só a portuguesa...) no teatro europeu era bastante baixo, com vários casos de indisciplina, pois há mais de um ano que não eram rendidos.

Com este enquadramento e apesar das palavras sempre amigas do Marechal Douglas Haig, as ordens que o CEP (2ª Divisão, sob o Comando do General Alves Roçadas) recebeu da parte do Comando Inglês, foram no sentido de serem de imediato repatriadas, o que limitaria o Exército Português de se fazer representar nas festas da vitória.

Não obstante estas ordens inglesas, e o estado em que se encontravam as tropas, as chefias militares portuguesas sabiam quanto importante seria uma repatriação progressiva e digna e, sobretudo, quanto prestigiante seria para Portugal participar como vencedor nos desfiles da vitória. Era também uma homenagem aos mais de 7760 mortos portugueses.

Foram entretanto repatriados 6.797²⁰ portugueses feitos prisioneiros pelos alemães e os restantes militares do CEP embarcaram para Lisboa a partir do porto francês de Cherburgo²¹. Criaram-se todas as condições de organização tendo sido respeitado o licenciamento de alguns militares, mesmo em França. O material foi concentrado em Ambleteuse e parte vendido a bem da fazenda nacional. As primeiras tropas (420 homens, 192 solípedes e 38 eixos) só deixariam território francês a 9 de Janeiro de 1919.

No seu processo de transporte e desmobilização, o CEP acompanhava entretanto as venturas e desventuras da política nacional, com o assassinio de Sidónio (14 de Dezembro de 1918), o movimento monárquico no Porto e a guerra civil.

Na sua grande maioria, esses Homens que defenderam Portugal com sangue, desembarcaram em Lisboa, segundo Ferreira Martins, “perante a indiferença dos seus compatriotas que os olhavam sem comoção e sem interesse, apenas com aquela curiosidade infantil com que se «vai ver a tropa» quando regressa dum parada ou dum exercício na serra de Monsanto”²². Ao fim de dois anos de luta, não encontraram uma palavra de conforto, um gesto de aplauso, uma demonstração de carinho, a mais leve manifestação de apreço pelo seu benemerente sacrifício.

À chegada a Lisboa, entre Abril e Junho de 1919, são inclusivamente tomadas medidas no sentido de dispersar, pelas diferentes unidades do País, os Oficiais chegados de França, a bem da estabilidade política que a República não conseguia assegurar.

Da dignidade na repatriação, pelo empenho em prolongá-la no tempo, encontramos na desmobilização as lacunas consequentes dum situação política e socialmente degradante.

A questão da representação portuguesa na festa da vitória, directamente ligada à repatriação, foi desde o primeiro dia matéria vital para o General Rosado²³, que a 13 de Março de 1919 reforçou o interesse de Portugal com a afirmação de «quanto seria desagradável ao seu Governo, se Portugal não fosse representado em tal parada (a festa da vitória em Paris), onde porventura teriam representação os Polacos e Checoslovacos ou outras Nações mais pequenas»²⁴. E só com o seu esforço, os contingentes portugueses do CEP viriam a tomar parte nas festas da vitória em Paris (a 14 de Julho²⁵ com um contingente de 400 homens de Infantaria), Londres e Bruxelas.

²⁰ Dum total de 7.000, dos quais 274 oficiais (ficaram nos cemitérios da Alemanha. 5 oficiais e 228 praças).

²¹ Segundo Ferreira Martins, neste porto embarcaram até Fevereiro de 1920, 944 oficiais e 49232 praças para Portugal.

²² In *Portugal na Grande Guerra*, Vol. II, p. 128.

²³ Comandante do CEP entre 25 de Agosto de 1918 e 2 de Abril de 1919.

²⁴ In *Portugal na Grande Guerra*, Vol II, p. 118.

²⁵ No mesmo dia realizou-se uma cerimónia em Lisboa, com destaque para a parada militar onde foram ovacionados os condecorados com a cruz de guerra.

Por outro lado, Norton de Matos proporia inclusivamente, na Conferência da Paz, o desejo de Portugal participar nas forças de ocupação da Alemanha, que os responsáveis do War Office, a 3 de Maio, considerariam “indesejável”. Mais uma vez, a Inglaterra não permitia qualquer eventual protagonismo de Portugal, em coerência com a sua posição aquando da entrada de Portugal na Guerra.

Das palavras retiradas do Jornal francês *La Justice*²⁶, Portugal apesar de nação pequena pela sua população (com menos de 6 milhões de habitantes), mas grande pelos seus sentimentos, forneceu um esforço considerável, tanto para combater na Europa como em África. E nada melhor que as palavras finais, sinónimo claro desse prestígio e do esforço feito pelos comandantes no sentido de o materializar: “Honra seja feita a este Exército e aos seus Chefes que tiveram o mérito de ostentar as suas bandeiras no desfile da vitória...”.

Em Portugal, só depois dos tratados, a participação de Portugal na GG se tornaria “objecto de exaltação patriótica e nacional”, consolidando a unidade nacional e legitimando o regime²⁷.



Figura 1 – Desfile das Tropas Portuguesas na Festa da Vitória em Paris (in General Ferreira Martins, “Portugal na GG”, vol. II, p. 96).

b. A Inovação Tecnológica e o papel dos Militares na Conferência da Paz

O declínio, em termos de armamento e equipamentos, foi ainda maior no pós-guerra do que comparativamente aos últimos anos da monarquia, quer por razões tecnológicas (atraso na produção de aço), quer sobretudo por razões financeiras (as despesas militares chegaram a atingir valores da ordem dos 43,1% da despesa total do Estado).

²⁶ De 1Jan1919, AHM.

²⁷ Segundo Nuno Severiano Teixeira, *O Poder e a Guerra*, p. 27.

Este período de grandes dificuldades económicas para Portugal, tinha nos despojos de guerra uma das poucas soluções de reequipamento, numa altura de significativas inovações em termos técnicos e táticos.

A guerra alterara a mentalidade dos militares (especialmente os que combateram na frente europeia) na vertente da inovação tecnológica, com especial destaque para a aviação, para a artilharia pesada, para as metralhadoras ligeiras, para o uso generalizado dos transportes e comunicações e para o declínio do uso do cavalo. Ao chegarem a Portugal, os quadros debatiam-se novamente com problemas de rearmamento, mas agora com as suas capacidades testadas na guerra, a frustração era ainda maior²⁸. São então publicados diversos artigos na Revista Militar sobre reorganização do Exército e da Armada e sobre novos equipamentos, mas a verdadeira reforma só teria lugar depois do 28 de Maio de 1926.

No entanto, não poderemos esquecer a grande importância que o Exército e a Marinha atribuíram à Conferência da Paz, tentando por todas as vias o reequipamento, quer através da distribuição do material de guerra alemão, quer pela aquisição de material dos Aliados a baixo preço. A primeira Delegação Portuguesa chefiada por Egas Moniz, era composta por quatro militares (de um total de 16 elementos), de que faziam parte, o General Garcia Rosado, o Comandante Botelho de Sousa (que será o ponta de lança dos interesses da Armada), o Capitão Viegas e o Capitão Sotto Mayor (aos quais se juntou mais tarde o Coronel Eduardo Marques). Com Afonso Costa seriam nomeados, como adidos militar e adjunto, o Major Vitorino Godinho e o Major André Brun, todos desenvolvendo acções no sentido do tão necessário reequipamento das Forças Armadas (FA) portuguesas.

Sobre a necessidade de melhorar as condições materiais das FA, existe um "Memorandum" do Gabinete do Secretário da Guerra, de 5 de Dezembro de 1918, que dá orientações para a elaboração de "estudos para a reorganização do Exército depois da Guerra". Entre as orientações destacam-se o aumento do tempo de instrução, a redução do número de unidades e a necessidade de um corpo de tropas especial para a guarnição de Lisboa.

A Armada (no início da guerra com cinco cruzadores, treze canhoieiras, sete lanchas, dois rebocadores e quatro torpedeiros) já tinha apresentado, através do Estado-Maior Naval, em 15 de Novembro de 1918, uma proposta nº 1 sobre "A nossa Marinha em Consequência do Próximo estado de Paz", seguida de um aditamento, a 11 de Dezembro, em que se destacava do interesse do material alemão para uma reestruturação nacional. Recorde-se que a proposta indicava a necessidade de aquisição de:

- 4 cruzadores rápidos de 4.000 ton;

²⁸ Por outro lado, esta situação terá dado origem a um choque de gerações numa instituição conservadora e corporativa, onde os mais jovens se viam confrontados com mentalidades associadas ainda ao protagonismo dos cavalos em termos de transporte e mesmo em termos táticos.

- 8 cruzadores de 1.800 ton;
- 8 canhoesiras de 1.000 ton;
- 12 contratorpedeiros de 900 ton;
- 4 submersíveis de grande autonomia;
- um certo número de aviões, sobretudo hidroaviões.

Mas sem capacidade financeira (que não podia ser compensada com o nosso crédito sobre o inimigo), Portugal deixaria mais tarde de ter ilusões sobre este aspecto (mesmo relativamente à Marinha Mercante), apesar do esforço desenvolvido por toda a Delegação, mas em especial por Botelho de Sousa, pois por decisão da "Maritime Services of the Reparation Commission", «às potências que capturaram mais tonelagem do que perderam não deve ser distribuído material algum»²⁹. Portugal, para além de outros países como os EUA, o Brasil a China e o Peru, estava abrangido por essa disposição.

Relativamente ao Exército, é bom não esquecer que já atravessava uma fase crítica, no início da guerra, situação que se agravou com a necessidade de enviar tropa para as colónias (com espingardas Mauser-Vergueiro, peças de montanha Schneider-Canet e metralhadoras Maxim), e material para os aliados (cedência de 20.000 espingardas para a África do Sul e 56 bocas de fogo à Bélgica, a pedido da Grã-Bretanha). O CEP, que viria a receber novo material já em França (espingardas Lee, metralhadoras ligeiras Lewis e pesadas Vickers, morteiros ligeiros Stockes e médios e pesados Newton, obuses de 4,5 polegadas (11,4cm), peças de 75mm Canet...), já o pouco que trouxe (tal como o de África) estava em péssimas condições.

Assim, a problemática de aquisição de material para o Exército, especialmente artilharia, era premente e encontrava-se documentada em relatório de 8 de Agosto de 1919, assinado pelo Tenente-coronel Daniel de Sousa, que incluía material «para defesa terrestre, nomeadamente obuses, canhões contra aviões e metralhadoras pesadas». No entanto, o material que será adquirido, nada terá de relação com a participação portuguesa na guerra, embora se tenham desenvolvido esforços nesse sentido, que incluíram diversas viagens de delegações portuguesas ao estrangeiro.

Sobre a Aeronáutica e apesar dos esforços de Norton de Matos (relatório de 21 de Abril de 1919) não terem resultado directamente na aquisição de equipamentos, muitas das sugestões viriam a influenciar algumas acções, como o desenvolvimento dos voos experimentais na época e a organização do grupo de esquadrilhas de aviação da república (Amadora), primeiro passo para aquilo que viria a ser a aeronáutica militar e a constituição do referido quadro de pessoal.

Assim, em face das esperanças depositadas pelos diferentes ramos das FA (incluindo a própria aeronáutica), num reequipamento feito na base do sistema geral de reparações e indemnizações da Conferência da Paz, e ao verem defraudadas as suas propostas, a desilusão foi ainda maior entre os militares.

²⁹ In José Medeiros Ferreira, *Portugal e a Conferência da Paz*, p. 72.

Parafrazeando Ferreira Martins, “as dificuldades financeiras do Estado, agravadas pelas enormes despesas da guerra, tiveram nefastas consequências sob o ponto de vista da instrução das tropas: redução extrema das escolas de recrutas, suspensão das escolas de repetição, funcionamento irregular das escolas de milicianos, etc..”.

Apesar da valorização adquirida pelos militares portugueses na experiência da guerra em que acabavam de tomar parte, a inovação tecnológica não teria ainda o seu espaço em Portugal.

c. O Exército de Milícias e o Excesso de Oficiais

Na altura da implantação da república, o “organismo defensivo da Nação” era constituído por 3 agrupamentos: a Armada, o Exército Metropolitano e o Exército Colonial.

A substituição do Exército permanente (metropolitano) pelo Exército de milícias, com a Lei do recrutamento de 2 de Março de 1911, foi uma alteração estrutural influenciada pelo que se fazia na Europa (modelo Suíço) e logo marcada pela chegada da Guerra. A perspectiva do legislador associava esta opção à necessidade de reduzir o tempo de serviço (afastando a concentração nos centros urbanos) e ao aumento da massa de cidadãos que o cumpriam. O tempo de serviço foi então definido entre 15 e 30 semanas (dependendo das especialidades), seguido das duas semanas anuais das “escolas de repetição”. Passava a haver 3 escalões (tropas activas, dos 20 aos 30 anos, tropas de reserva com dez classes dos 31 aos 40 anos e tropas territoriais, com cinco classes, dos 41 aos 45 anos).

Começava assim, o serviço militar pessoal e obrigatório, terminando as tão criticadas remissões (substituídas pela taxa militar). Mas as dificuldades em cumprir as leis eram de tal modo significativas, que em 1915, sobre um total de quase 70.000 jovens a inspeccionar (com cerca de 80% de analfabetos!), não se apresentaram 22.862, ou seja, o equivalente a 32,9%³⁰. Por outro lado, as limitações orçamentais tinham consequências ao nível das más condições de higiene (só em Novembro de 1918 morreram em Portugal 18.123 pessoas com gripe pneumónica!), da deficiente alimentação, do fardamento usado e desadaptado, até mesmo à indisciplina.

Assim, aquando da entrada de Portugal na GG, o sistema não estava consolidado, o que foi um duro teste, com a passagem de umas forças armadas de 50 para 150 mil homens, e com a projecção das mesmas para dois teatros de operações tão distantes e tão diferentes.

A chegada dos milhares de soldados da GG, levantou diferentes, mas sempre complicadas situações (não só em Portugal), como:

- a reconstrução do lar perdido, com especial acuidade para o caso os deficientes (estes depois do apoio dado sobretudo pelo Hospital de

³⁰ Maria Carrilho, *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal*, p. 209.

Santa Isabel e pelo Instituto Militar de Arroios, eram reintegrados, no emprego e na região de onde eram originários, mas com bastantes dificuldades);

- a reconversão à vida civil, num Portugal onde a pobreza e o desemprego imperava e onde os apelos à emigração eram bastante mais aliciantes;
- a consciência da injustiça, dado que os combatentes que tinham ido para a guerra de cabeça levantada, tinham agora a impressão de ter sido alvo de um logro, apesar do sofrimento e das medalhas (muitas vezes também alvo de crítica!);³¹;
- o ressentimento individual e das associações de antigos combatentes contra os aproveitadores de guerra, contra os que arranjam pretextos para fugirem à guerra, contra os políticos e outros cúmplices;
- o colapso psicológico e emocional, na altura apelidado de cobardia e neurose de guerra e depois da década de 70 reconhecido como stress pós-traumático;
- o novo papel das mulheres, que com a ausência dos homens se tinham, em parte, emancipado...

A consolidação do sistema de serviço militar só teria lugar depois de 1926, por razões sobretudo financeiras, pois as reformas estruturais implicam investimento financeiro e vontade, duas condições que não existiam ainda em 1919. Como refere José Mattoso, “o Exército não foi transformado pela República mas pela Guerra”³².

Relativamente aos oficiais, coluna vertebral da instituição militar, foi criada em 1911 a Escola de Guerra (EG), em parte devido à opção pela forma milicianiana na organização do Exército, cuja missão fundamental passou a ser a de instruir, educar e preparar oficiais de carreira mais preparados em termos de ciências sociais e com a nova e nobre missão de “educadores do povo”. Com o início da guerra³³, a EG (conduzida pelo General Morais Sarmiento) reduziu os seus cursos, de 2 anos para 6 meses, e aumentou consideravelmente o número de alunos³⁴. No entanto, foi necessário incrementar a instrução de oficiais milicianos, que após a GG passaram a constituir um problema para a República e para os quadros permanentes.

Assim, terminada a GG, o corpo de Oficiais vê-se aumentado em mais de um milhar, ou seja, quase 30% dos efectivos (em 1920 existem 68% a mais no QO do Exército e 20,5% na Armada), o que representava uma “ameaça” para o normal funcionamento da instituição no seu conjunto, em face da consequente perturbação na vida dos quadros permanentes, já de si excessivos.

³¹ As verdadeiras cerimónias de homenagem aos soldados de Portugal só teriam lugar em 1921: a 10 de Abril na Batalha, com a presença de ilustres combatentes nacionais e estrangeiros.

³² In *História de Portugal*, Circulo de Leitores, Vol VI, p. 611

³³ Decreto de 4 de Abril de 1919.

³⁴ Terminariam os seus cursos, neste período: 91 alunos em 1914, 63 em 1915, 221 em 1916, 618 em 1917, 467 em 1918 e 151 em 1919.

A guerra criara um exército mais numeroso e mais jovem. Como exemplo, vejamos a evolução dos números relativos, no caso da arma de Infantaria (a Arma do Exército mais numerosa):

- em 1915, para 1.236 oficiais da arma, havia 69 oficiais milicianos;
- já em 1919, para 1.166 oficiais da arma, havia 654 oficiais milicianos!

Esta clivagem interna (para além das divisões decorrentes das opções políticas), entre os oficiais de carreira e os milicianos³⁵, gerava frequentemente fenómenos de defesa corporativa organizados por chefes militares com projectos políticos personalizados e nem sempre identificáveis.

São os próprios militares que criticam a falta de selecção dos quadros, em vários artigos na Revista Militar, com especial ênfase para as críticas aos milicianos, que passaram depois da guerra a dominar os serviços e a condicionar as promoções. Na prática, ao maior número de oficiais estava associado o consequente desprestígio (não esquecer que em 1918 o vencimento real dos oficiais nos vários postos encontrava-se reduzido em cerca de 40% do que fora em 1914).

Segundo Maria Carrilho³⁶, “os oficiais viam-se como indivíduos preparados e competentes para desempenharem os novos papéis de técnicos e organizadores-gestores, cujas capacidades consideravam subaproveitadas”, quer ao nível da instituição militar quer da sociedade em geral.

Apesar de tudo, reivindicou-se concorrentemente para o corpo de oficiais, um papel social de elite, uma nova aristocracia intelectual e sobretudo moral da Nação, o qual viria a dar os seus frutos em 1926.

d. A GNR como instrumento do Regime Republicano

Depois do milagre de Tancos, protagonizado por Norton de Matos (com ajuda inglesa, poderes especiais, promoções aceleradas para republicanos de confiança – os «jovens turcos», e o apoio dos milicianos), o Exército depois da GG já não tinha capacidade para novos milagres. Teoricamente organizado em 8 divisões, uma brigada de cavalaria e várias unidades auxiliares, o Exército apresentava lacunas consideráveis em 1919, mesmo assim atenuadas pelo esforço disciplinar imposto por Sidónio. As divisões, desfalcadas com as unidades empenhadas nas duas frentes, incluíam regimentos de infantaria e cavalaria, esquadrões de reserva e grupos de metralhadoras, e estavam sediadas, respectivamente: 1ª em Lisboa, a 2ª em Viseu, a 3ª no Porto, a 4ª em Évora, a 5ª em Coimbra, a 6ª em Vila Real, a 7ª em Tomar e a 8ª em Braga.

Depois da “Monarquia do Norte”, os Democráticos, vendo que não dis-

³⁵ Este excesso de milicianos, viria a dar origem a um decreto-lei do Governo da Republica de 23Nov1921, que permitiu a continuação no serviço do Exército, como supranumerários (num quadro especial), a todos os que assim o desejassem (quando pela lei de 1911, deveriam ser licenciados).

³⁶ *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal*, p. 249.

punham do necessário apoio da Marinha e sobretudo do Exército, alargaram a capacidade militar da Guarda Nacional Republicana³⁷ (GNR). Efectivamente, entre 1919 e 1922, os governos republicanos irão reforçar a GNR, quer através do alargamento dos seus quadros (passa então de 4.575 elementos em 1918, para 11.131 em 1920), quer aumentando a sua capacidade militar, tendo sido dotada inclusivamente de artilharia (um Grupo de três Baterias de artilharia de campanha e um Batalhão de metralhadoras pesadas), no sentido dotar a República de uma base defensiva segura. A GNR, destinada a «velar pela segurança pública, manutenção e protecção das propriedades públicas e particulares em todo o país», passava a constituir um corpo especial de polícia «parte integrante das forças militares da república».

Esta opção política, consubstanciava o assumir da falta de confiança nas Forças Armadas (em especial do Exército) para controlo da ordem pública, das revoluções, e das diversas tentativas de insurreição contrárias ao regime republicano vigente. A transferência de oficiais do Exército assumidamente republicanos, começa também a fazer-se sentir e a criar divisões internas, sobretudo no Exército. Por outro lado, o poder conferido a Liberato Pinto (Comandante da GNR), condicionaria qualquer tipo de intervenção militar durante algum tempo, passando nos anos seguintes, pelo apoio da GNR, a constituição dos diferentes governos.

A GNR constituía assim, um verdadeiro instrumento de consolidação do regime da velha república.

e. Ensinamentos da Guerra

Um dos efeitos directos da participação de Portugal na GG, foi a incapacidade de efectuar grandes transformações na organização e sistema militares, logo neste período.

O esforço desenvolvido, em tão pouco tempo, para preparar tropas para dois teatros de operações tão distintos como o Africano e o Europeu, num período de grandes fragilidades políticas, económicas (em relação ao total das despesas do Estado, as despesas militares atingem os 43,1% em 1917-18) e sociais, levou a alguma imobilidade nas necessárias transformações estruturais. Depois do milagre de Tancos e das contingências da GG, “o tecido organizacional do exército português dilacera-se, o que representa uma ameaça para o normal funcionamento da instituição no seu conjunto”³⁸

Por outro lado, a valorização adquirida pelos quadros na experiência da guerra, ficou com os homens, com as condecorações, e com as memórias, pois nos anos vinte continuaram as dificuldades em termos de instrução, da adaptação à nova táctica e inovações da GG, à reestruturação dos serviços de apoio, à

³⁷ Por decreto de 12 de Outubro de 1910 foi extinta a Guarda Municipal e criada a Guarda Republicana, corpo de segurança pública de carácter transitório. A GNR seria criada por Decreto-Lei de 3 de Maio de 1911.

³⁸ Maria Carrilho. Forças Armadas e Mudança Política em Portugal, p. 216.

urgência de remodelação do exército colonial. As excepções, situaram-se em áreas como a aeronáutica e a artilharia, e em personalidades e escritos muito diminutos para uma experiência tão marcante.

Na prática, perdemos uma boa oportunidade para potenciar a instrução, o reequipamento, a actualização doutrinária e a experiência de combate, infelizmente actuação costumeira na longa e rica História de Portugal, em cenários semelhantes de pós-guerra.

f. Os Militares e o Poder Político

Depois da implantação da República e sobretudo após a GG, o relacionamento entre militares e civis passa a ser baseado na diferenciação das elites militares e político-económicas, bastante diferente do modelo aristocrático.

Já antes da frente europeia e durante a Guerra em África, o mal-estar entre os militares, e especialmente entre o corpo de Oficiais, era associado à falta de instrução das praças e dos oficiais milicianos, à falta de material de guerra, à tese do abandono e, sobretudo, à irresponsabilidade do poder político e dos políticos.

Esta barreira entre o regime e os militares (que tinham alguma dificuldade em aceitar a sua nova missão de educadores da nação e de fonte de difusão da ideologia nas mãos do Estado), normalmente acusados de algum conservadorismo e mesmo de apoio tácito e explícito aos movimentos monárquicos, consolidou-se depois da GG.

O agravamento da relação deveu-se, em parte, ao facto da República “colar” as culpas dos desastres da Guerra às chefias militares, o que constituiu uma prova terrível para o corpo de oficiais, segundo António Telo, “não tanto pelas baixas e derrotas que sofreram, mas sobretudo por terem sido obrigados a combater num conflito que não compreendiam nem queriam, levados por um regime de que não gostavam e que ignorava os seus múltiplos avisos de profissionais”.

Os militares consideravam terem sido usados pelos políticos na GG, como bode expiatório dos erros e das incapacidades políticas. Ao chegarem da Guerra, depararam-se com uma sociedade partidarizada, com um regime que não confiava neles e que recompensava sobretudo os que não tinham valor, nem nos campos de estudo, nem nos campos de batalha. Com o peso dos cerca de 7.660 mortos, os militares (em especial os jovens oficiais) não hesitaram em culpar o regime e os políticos pelo que sucedeu. Como refere António Telo «não é por acaso que a maioria dos promotores da conspiração do 28 de Maio são oficiais que passaram pela Flandres».

O aumento de importância estrutural do sector militar no seio do Estado (não só a presença crescente dos militares nos governos³⁹) começa aqui a aumentar. E para Medeiros Ferreira, a própria doutrina republicana para as For-

³⁹ Os oficiais de alta patente, convenceram-se que no regresso da guerra, com o prestígio e a legitimidade do sofrimento, deviam intervir na política «e ser os melhores garantes do futuro de Portugal», facto que tinha o apoio popular, cansado da ineficácia dos políticos e das suas promessas.

ças Armadas “foi factor de crescimento da entidade militar que então passou a ter condições para se tornar numa entidade nacional incomparável”⁴⁰.

Com uma situação financeira desastrosa⁴¹, um crescente aumento da dívida (de 88 mil contos em 1914 para 311 mil contos em 1918), uma inflação galopante (18% em 1917 e 80% em 1918!) e uma rápida desvalorização do escudo (a libra valia 5\$66 em 1914 e 7\$90 em 1918-40% de desvalorização), estavam criadas todas as condições para a instabilidade política e social.

Esta grave deterioração financeira, que atingia os vencimentos, constituía um factor de insegurança e descontentamento entre os oficiais e um apelo sistemático ao Exército no sentido de intervir na vida política nacional.

No entanto, para além da situação económico-financeira e da instabilidade política (sobretudo a percepção de que o regime não se consegue auto-reformar), existia a percepção, especialmente por parte das classes mais esclarecidas, de um desajustamento crescente entre a situação interna e a evolução do sistema político internacional.

A solução da sociedade passa então pelo apelo às Forças Armadas, no sentido da necessária mudança, no entanto, também estas não se encontram suficientemente unidas e preparadas nesta altura. As novas Forças Armadas (o exército e a marinha) cansadas da guerra, tem oficiais a mais, tem soldados a menos, tem material deficiente e degradado, tem vencimentos de miséria⁴², tem conflitos entre quadros e milicianos, tem casos graves de indisciplina e corrupção, e, sobretudo, não conseguem servir as mensagens educadoras da República. Apesar de tudo, são os militares o motor da mudança⁴³, sobretudo por falta de alternativas na sociedade civil. Daí os vários ensaios gerais, com intenções personalizadas entre 1919 e 1926, com crescente consciência da necessidade da unidade acima das divisões políticas.

No período em análise, a maior parte das intervenções militares foram desordenadas e facciosas, deixando praticamente de existir as Forças Armadas como instituição nacional (o perigo dos vazios de poder). Entre as várias intervenções (entretanto controladas com o apoio de muitos milicianos da GG), quase sempre lideradas por juntas militares, destaca-se a proclamação, no Porto, da Monarquia do Norte em 19 de janeiro de 1919 e a ocupação de Monsanto por parte dos monárquicos, a 22 do mesmo mês.

Segundo Medeiros Ferreira, as «FA voltam a reconstituir-se como insti-

⁴⁰ José Medeiros Ferreira, *O Comportamento Político dos Militares*, p. 43.

⁴¹ A guerra custou 10 mil contos mensais (dos quais 6000 iam para o CEP em França) ou 120 mil contos anuais (cerca de 10% do PIB de 1917).

⁴² Que levam os oficiais ao desempenho de funções como professor, comerciante e até mesmo de outras menos dignas para um educador da Nação.

⁴³ O culto dos valores militares e dos mitos da GG, começaria logo em 1919 (caso da Liga dos Combatentes que foi criada nesse ano), o que contribuiria para o prestígio da instituição militar, de alguns militares em particular e, sobretudo, para tornar perene a imagem da participação portuguesa na GG e fortalecer a unidade nacional.

tuição após a I GG pelos efeitos conjugados da decepção nacional com os objectivos alcançados na Conferência de Paz (a percepção da altura), da instabilidade governativa e do radicalismo e violência que caracterizam a luta política nesse período», situação que facilitava a natural intervenção dos militares e em particular dos que mais se tinham destacado nas campanhas da GG.

Então porquê um hiato de cerca de 7 anos?

Entre várias ordens de razões, poderemos destacar o “cansaço e a aspiração à tranquilidade”, a indisciplina generalizada, as divisões entre os próprios militares em termos políticos, o conflito quadros permanentes-milicianos e a divisão Exército-GNR.

5. Considerações Finais

No período de cerca de sete meses, entre o Armistício e o Tratado de Versalhes, Portugal ressentiu-se profundamente em termos políticos, sociais, económicos e mesmo militares, do seu empenhamento na GG em dois teatros de operações, tão diferentes e tão distantes.

O Portugal Militar, mais ferido pela Guerra do que pela República, não deu sequência aos projectos estruturais do sistema de serviço militar miliciano e à necessária reorganização, e não soube aproveitar a experiência e ensinamentos pessoais e colectivos decorrentes da Guerra.

Se por um lado existiam condições económico-financeiras, sociais e políticas, favoráveis à intervenção dos militares na sociedade política, por outro lado não havia condições dentro da própria instituição militar, para impor, com unidade, um regime e daí a sequência de intervenções que neste período eram sobretudo desordenadas e facciosas, e que dividiram, em determinados períodos, as próprias Forças Armadas como instituição nacional.

E entre as razões desse “retardamento” da intervenção da instituição militar, como instrumento das mudanças políticas, destacamos o “cansaço e a aspiração à tranquilidade”, a indisciplina generalizada, as divisões entre os próprios militares em termos políticos, o conflito quadros permanentes-milicianos e a divisão Exército-GNR.

Frustrados da guerra e na paz, os jovens oficiais, não tinham ainda condições para unir a instituição em torno de um objectivo que passasse por uma maior aproximação de Portugal ao comboio europeu do desenvolvimento e da reconstrução.

Apesar de tudo, o trabalho desenvolvido nas várias frentes de Paz pelos militares, em muito contribuiu para atenuar as derrotas parciais nos teatros de operações e para fortalecer o orgulho nacional, acção iniciadora de uma maior legitimidade e respeitabilidade da instituição militar dos anos vinte, que se consolidaria no 28 de Maio de 1926. Mas essa é outra História...

Bibliografia:

- Afonso, Aniceto e Gomes, Carlos de Matos (Dir.), Portugal e a Grande Guerra, Diário de Notícias, 2003.
- Beça, Adriano (General), Lições da Grande Guerra, Lisboa, 1922.
- Camacho, Manuel Brito, Rescaldo da Guerra, Guimarães e Companhia Editores, Lisboa, 1936.
- Carrilho, Maria, Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Século XX – Para uma explicação sociológica do papel dos militares, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1985.
- Cidade, Hernani, “Portugal na Guerra Mundial”, in História de Portugal, dir., Damião Peres, Vol VIII, Barcelos, 1933, pp.211 a 273.
- Cortesão, Jaime, Memórias da Grande Guerra, Porto, 1919.
- EME, Estudo da Pesquisa sobre a Intervenção Portuguesa na 1ª Guerra Mundial (1914-1918) na Flandres, Lisboa, 1995.
- Ferreira, José Medeiros, “Revisão histórica da participação de Portugal na 1ª Guerra Mundial: a dimensão Ibérico-peninsular”, in Portugal em Transe, Aveiro, 1985, pp. 63-79.
- Ferreira, José Medeiros, O Comportamento Político dos Militares, Editorial Estampa, Lisboa, 1992.
- Ferreira, José Medeiros, Portugal na Conferência de Paz: Paris, 1919, Ed. Quetzal, Lisboa, 1992.
- Ferro, Marc, A Grande Guerra: 1914-1918, Edições 70, Lisboa, 2002.
- Fraga, Luís Manuel Alves de, Portugal e a Primeira Grande Guerra, ISCSP, Lisboa, 1991.
- Henriques, Mendo de Castro, Leitão, António (Coronel), La Lys-1918: Os soldados desconhecidos, Prefácio, Lisboa, 2001.
- Kennedy, Paul, Ascensão e Queda das Grandes Potências, Publicações Europa-América, Lisboa, 1988.
- Marques, A. H. de Oliveira, História de Portugal, 12ª ed., Palas Editores, Lisboa, 1985.
- Marques, Isabel Pestana, “Os portugueses nas trincheiras”, in Portugal e a Guerra, UNL, Edições Colibri, Lisboa, 1998, pp.71 a 88.
- Martinez, Pedro Soares, História Diplomática de Portugal, Verbo, Lisboa, 1986.
- Martinez, Pedro Soares, A República Portuguesa e as Relações Internacionais (1910-1926), Verbo, Lisboa, 2001.
- Martins, Ferreira (General), História do Exército Português, Editorial Inquérito Limitada, Lisboa, 1945.
- Martins, Ferreira (General) (Dir.), Portugal na Grande Guerra, 2 Vol., Editorial Ática, Lisboa, 1934 e 1938.
- Mattoso, José (Dir.), História de Portugal, Vol. VI, Circulo de Leitores, 1994.

Milza, Pierre, As Relações Internacionais de 1918 a 1939, Edições 70, Lisboa, 1998.

MNE, Portugal na Primeira Guerra Mundial, Tomo I e II, Lisboa, 1997.

Nye, Joseph S., Compreender os Conflitos Internacionais, Gradiva, Lisboa, 2002.

Oliveira, Ramires de (General), História do Exército Português (1910-1945), Vol. II, EME, Lisboa, 1993.

Samara, Alice, "O impacte económico e social da I Guerra em Portugal", in Portugal e a Guerra, UNL, Edições Colibri, Lisboa, 1998, pp.89 a 108.

Serrão, Joel (Dir.), "Grande Guerra", armistício da 1ª, in Dicionário da História de Portugal, Vol. III., Livraria Figueirinhas, Porto.

Teixeira, Nuno Severiano, O Poder e a Guerra, 1914-1918. Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra, Editorial Estampa, Lisboa, 1996.

Teixeira, Nuno Severiano, Portugal e a Guerra: História das Intervenções Militares Portuguesas nos Grandes Conflitos Mundiais (Sécs. XIX-XX), UNL, Edições Colibri, Lisboa, 1998.

Telo, António José, Decadência e Queda da I República Portuguesa, 1º Volume, A Regra do Jogo, Lisboa, 1980.

Telo, António José, Torre Gómez, Hipólito de la, Portugal e Espanha nos Sistemas Internacionais Contemporâneos, Cosmos, Lisboa, 2000.